

Da casa ao palácio:
A Carta de Guia de Casados de
D. Francisco Manuel de Melo em Espanha
no século XVIII

Maria de Lurdes Correia Fernandes

Universidade do Porto

1. A *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo é, como se sabe, uma das obras de referência obrigatória no panorama cultural do século XVII em Portugal. Editada pela primeira vez em Lisboa em 1651 (em pequeno formato 16.^o)¹, depois de um breve período de circulação manuscrita, rapidamente se impôs como a principal obra literária sobre o comportamento conjugal e familiar. Enquanto outras obras anteriores incidindo sobre a mesma problemática, portuguesas e até espanholas, se foram confinando a edições originais ou reedições em períodos cronológicos relativamente definidos, a *Carta de Guia de Casados* seguiu o seu percurso editorial com regular continuidade, através das reedições em 1665, 1670, 1678, 1714, 1746, 1747, 1765 e ao longo dos séculos XIX e XX². E, ao contrário de outras obras portuguesas (desta e de outras problemáticas), contou com a divulgação manuscrita e impressa em Espanha, nomeadamente, no século XVIII.

As quatro edições portuguesas do século XVIII e as duas edições da tradução castelhana (Madrid, 1724 e 1786)³ parecem mostrar que, ao longo de Setecentos, esta obra mantinha toda a sua vitalidade em ambos os lados da fronteira. E embora sejam poucas (ainda que significativas) as referências relativas a alguns dos círculos sociais e culturais em que era lida ou apreciada e aos modos dessa leitura, a sua circulação manuscrita, o reconhecimento da relevância editorial, as indicações relativas ao seu interesse literário fornecem sugestões de análise que tentarei aqui explorar.

1. *Carta de Guia de Casados para que pelo caminho da Prudencia se acerte com a casa do Descanso. A um amigo*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1651, 16.^o.

2. O elenco das edições pode ver-se em M.^a de Lurdes Correia FERNANDES, «Introdução» à edição da *Carta de Guia de Casados*, Porto, Campo das Letras, 2003, 39-40.

3. *Carta de Guia de Casados y Avisos para Palacio. Version castellana del Idioma português. Dedicada al Señor Don Juan Bautista de Orendayn (...)*, Madrid, por Blás de Villanueva, 1724, 8.^o, reeditada com o mesmo título e mantendo a

A inquestionável valorização da obra tanto no século XVII como no XVIII parece resultar, em grande medida, não só do prestígio literário que D. Francisco tinha junto de alguns círculos culturais e literários portugueses e espanhóis (pelo menos, cortesãos e cultos), mas também do interesse literário e da pertinência cultural da obra, interesse e pertinência que não se ficavam apenas pelo domínio dos conselhos conjugais, mas que se alimentavam da riqueza e variedade de perspectivas de leitura que a obra proporcionava. Efectivamente, a *Carta de Guia de Casados* é uma obra *especial* – e não apenas uma entre muitas – no vasto conjunto das obras quinhentistas e seiscentistas dedicadas aos temas matrimoniais, marcada pela originalidade e singularidade no modo de abordagem destes, pelo «estilo alegre e fácil» e pela familiaridade que o estilo epistolar propiciava, pela ironia e graça no modo como estão apresentados variadíssimos aspectos do comportamento dos casados, tanto em privado como em público. A singularidade e, para o seu tempo, a «actualidade» desta *Carta* sustentavam-se tanto na brilhante exploração das potencialidades do género epistolar, nomeadamente do tom conversacional e confidencial que autorizava o diálogo pessoal e, neste caso, exclusivamente masculino⁴, quanto na genial interpenetração da literatura e da experiência pessoal (através do que D. Francisco «leu», «ouviu» e «viu»), no envolvimento dos conselhos em curiosas «histórias», no adequado uso de sentenças, de ditos, de exemplos, de rifões, da subtil e muitas vezes aguda ironia com que são abordados os temas matrimoniais e as atitudes dos casados. No essencial, D. Francisco Manuel deu especial realce à autoridade da prática e dos exemplos que esta fornecia, reais ou verosímeis, a sentenças orientadas para o viver quotidiano, histórias que ilustravam, resumida e graciosamente, o que largos textos doutrinários haviam formulado⁵. E como era um «discreto» que escreveu para o «discreto», para o «entendido» e para o «prudente» – categorias sociais e morais tão valorizadas no seu tempo –, privilegiou os recursos literários que, de forma sintética e aguda, melhor serviam ao seu propósito de guiar o casado até à «prometida casa do descanso». Neste quadro de valorização dos «ditos agudos e graciosos» que se apoiava também no seu conhecimento profundo da cultura espanhola (sobretudo castelhana), é compreensível que, por diversas vezes, se tenha socorrido de ditos, de histórias e de rifões ouvidos ou lidos em Espanha⁶. Não é tópica a sua referência, em vários momentos, à «agudeza castelhana», como não é por dificuldades de tradução que transcreve diversos ditos, histórias e rifões em castelhano, consciente tanto da sua perfeita compreensão desta lín-

dedicatória em Madrid, Oficina de Benito Cano, 1786, 8.º. Para estas edições já chamaram a atenção Zulmira C. SANTOS, «Racionalidade de corte e sensibilidade barroca: os *Avisos para o Paço* de Luís Abreu e Melo», em *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, 1991, 381-401; M.ª de Lurdes Correia FERNANDES, «Introdução» à *Carta de Guia de Casados* em *Biblioteca Virtual de Autores Portugueses*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, e Pedro SERRA, «De la recepción de la *Carta de Guia de Casados* en España», em *Literatura portuguesa y literatura española. Influencias y relaciones* (ed. de M.ª Rosa Álvarez Sellers – Anejo n.º XXXI de la Revista *Cuadernos de Filología*), Valencia, 2000, 55-69, esp. 57. Este estudo pretende realçar aspectos que, por motivos diversos, não foram valorizados ou desenvolvidos nestes trabalhos.

4. Para este aspecto já pude chamar a atenção em *Espelbos, cartas e guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1995, na citada «Introdução» em *Biblioteca Virtual e Autores Portugueses* e, mais demoradamente, na «Introdução» a F. Manuel de MELO, *Carta de Guia de Casados*, Porto, Campo das Letras, 2003, 12-38. Veja-se também Joaquim FONSECA, «O discurso da Carta de Guia de Casados (de D. Francisco Manuel de Melo)», *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, XVII (2000), 9-135.

5. Continuando uma tradição que, em Portugal, tem uma das melhores expressões na *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo, como tão bem já realçou José Adriano de CARVALHO na «Introdução» e nas notas à edição desta obra, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

6. De todos estes aspectos me ocupei na citada «Introdução» à recente edição da obra. Sobre a importância de alguns deles se pronunciaram já Maria Lucília G. PIRES e José Adriano de F. CARVALHO, «D. Francisco Manuel de Melo» em *História crítica da Literatura Portuguesa. Maneirismo e Barroco*, Lisboa, Verbo, 2001, cap. IV, 163-174.

gua pelos seus leitores portugueses quanto da sua maior «agudeza» e graça no registo em que foram ditos ou escritos.

Nestes aspectos da *Carta* – e não estritamente na sua temática, abordada por variadíssimas obras anteriores, nomeadamente espanholas e portuguesas⁷ – terá residido a causa fundamental do seu sucesso editorial tanto no século XVII como nos seguintes, deixando aquelas para trás e suscitando um continuado interesse e diversos tipos de leituras. Só a título de exemplo, pode referir-se que, na já relativamente tardia edição de Lisboa, 1765, Cristóvão da Silva, na dedicatória a José Ferreira da Cunha e como reconhecimento das suas «dividas» e da «grata, e benigna amizade», quis «dar-lhe gosto» proporcionando-lhe os «conceituozos dictames de hum livro, cujos ingenhozos, e subtilissimos conceitos estão bem canonizados na aprovação dos Doutos, que os lerão sempre com gostoza admiração, achando em suas observaçoens divertimento, e utilidade»⁸.

Deste modo, ainda na segunda metade do século XVIII, os «conceituosos dictames» e a graça (o «divertimento») deste texto eram tão valorizados, pelo menos, como a sua «utilidade», pese embora a dificuldade de, à partida, definir ou interpretar os sentidos ou os limites desta utilidade que, aliás, pode não se restringir ao sentido moral e prático dos conselhos relativos ao comportamento matrimonial e familiar, mas a uma visão mais ampla das relações da vida privada com a vida social...

2. Genericamente, estes foram também os critérios evocados para a sua divulgação impressa em Espanha, tanto na edição de 1724 (Madrid, Blás de Villanueva), como na de 1786 (que, no essencial, reedita a de 1724, incluindo até a mesma dedicatória⁹).

A edição de Madrid, 1724 reveste-se de especial interesse por vários motivos. O primeiro, porque o tradutor e o editor da obra – sem discutir agora se são duas figuras diferentes ou uma só – se esconderam no anonimato, o que permitiu ao último enaltecer encomiasticamente a qualidade e relevância não só do texto de D. Francisco como também da tradução e até da edição que esse editor anónimo promovia; o segundo, porque a edição inclui, além da *Carta de Guia de Casados*, os *Avisos para Palacio*, tradução dos *Avisos para o Paço* (Lisboa, 1659) de Luís de Abreu e Melo¹⁰; em terceiro, porque a polémica suscitada pela dedicatória da obra – e pela identificação do seu autor, Juan Yáñez Fajardo y Montroy¹¹ –, através das duras críticas, também anónimas, de D. Luís Salazar

7. De grande parte delas me ocupei em *Espelbos, cartas e guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica*, ob. cit.

8. *Carta de Guia de Casados (...)* oferecido ao Senhor Joseph Ferreira da Cunha. Setima impressão emendada dos muitos erros das passadas, Lisboa, Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1765, [fl. 2v]. Sobre a importância das observações críticas que muitas vezes avançam os textos preliminares das obras, veja-se, além dos trabalhos já clássicos de PORQUERAS MAYO e ANNE CAYUELA, o recente e sugestivo artigo de Víctor INFANTES, «La crítica por decreto y el crítico censor: la literatura en la burocracia áurea», *Bulletin Hispanique*, t. 102 (2000), n.º 2, 371-380.

9. Além de pequenas correções de tradução e estilo, apenas acrescenta, em relação à edição de 1724, um breve esclarecimento relativo às razões da edição, que aqui se transcreve: «Muchos años hace que no se han dado á luz los dos Tratados (aunque uno en el cuerpo y dependencia) de *Carta de Guia de Casados y Avisos para Palacio* cuya importante instruccion, y tan necesaria para todos, me ha parecido conveniente darla nuevamente á la Imprenta por dos motivos: El uno porque habiéndose acabado las antiguas impresiones, y las pocas que se hallan abundan de términos superfluos é ininteligibles, de los que se han expurgado los mas notables, y ser mi fin que salga bien correcta; y el otro por juzgarla obra tan importante é instructiva, tanto para los casados, como para los individuos de Palacio. Vale».

10. Luis de Abreu e MELLO, *Avisos para o Paço. Oferecidos a Rodrigo de Salazar Moscoso*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1659, 12.º.

11. Juan YÁÑEZ FAJARDO Y MONTROY foi também o editor das *Memorias para la Historia de Don Felipe III, Rey de España*, Madrid, Nicolás Rodríguez Franco, 1723, 4.º.

y Castro, acabou por relegar a obra (melhor, as duas obras) para um plano secundário em virtude da dureza e do tom dessa polémica suscitada pelo conteúdo e tom da dedicatória, polémica alimentada posteriormente por vários textos de ambos os autores, escritos e publicados em 1724 e 1725¹². E embora D. Luis de Salazar e Castro tenha querido, em diversos momentos dos seus textos críticos, salvaguardar a independência das obras de ambos os Melos em relação às críticas que tece ao autor da dedicatória, toda a edição pode ter ficado prejudicada por esta polémica que desvia a atenção das obras de D. Francisco e de Luis de Abreu e Melo para este texto do responsável pela edição, tanto mais que tece considerações altamente depreciativas em relação a este. Neste quadro, talvez não seja casual o facto de, em 1761, ter surgido em Madrid uma edição autónoma dos *Avisos para palacio*¹³, conhecendo o seu editor e tradutor a edição de 1724, já que se lhe refere no prólogo «a quien leyere»¹⁴, mas querendo assumidamente que a obra circulasse individualmente, para ser devidamente valorizada e conhecida¹⁵ – ou livre da polémica que suscitou a dedicatória da edição de 1724? –, tanto mais que «apenas se halla algun exemplar de aquella ediccion»¹⁶.

Não é meu intuito entrar aqui pelos multifacetados meandros da polémica (que, além de diferentes concepções de erudição¹⁷, parece traduzir também rivalidades pessoais¹⁸) entre D. Luís de Salazar y Castro e Juan Yáñez Fajardo, que em nada dependem (directamente) do texto de D. Francisco, mas tão só realçar alguns aspectos da edição conjunta da *Carta de guia de casados* e dos *Avisos para o Paço* de Luís de Abreu e Melo, atendendo a algumas observações que, na «desmontagem» da dedicatória da obra e pela voz de várias personagens ficcionais, tece Salazar y Castro.

12. São eles o *Juicio que de la dedicatoria de la Carta de guia de Casados hizo la curiosidad de un ocioso, mal ballado con las inconsideradas noticias que contiene*, Salamanca, 1724, 4.º, por D. Luís de Salazar y Castro; a *Defensa crítica de la dedicatoria del libro de carta de Guia de Casados* de Juan Yáñez Fajardo, um manuscrito com data de «1 de Febrero de 1725» rebatido pelo mesmo D. Luís Salazar na *Satisfacion de seda a cargos de esparto, o respuesta apacible à acusacion furiosa, s.a., si., 4.º* e no *Examen Apologetico de la Defensa crítica a la dedicatoria de un bibliopola*, publicado em Lérida, por Don Candido Esdrújulo, 1725, 4.º.

13. *Avisos para Palacio traducidos del idioma portugués ao castellano. Por D. Eugenio Diez de Garsifa*, Madrid, Antonio Perez de Soto, 1761. O tradutor, D. Eugenio Díaz de Garsifa, dedicou-a ao Marquês de Campo de Villar, D. Alonso Muñiz Casso y Osorio e valorizou-a por conter «instrucciones, y reglas para la mas christiana, y consumada politica, de que dependen todas las felicidades del Reyno» (fl. [3r]).

14. *Avisos para Palacio*, «El traductor a quien leyere», fl. [8r.]: «por acaso llegó á mis manos la traduccion de la misma, impresa en Madrid año de 1724. inclusa en otre distinta traducida igualmente del Portugués al Castellano...».

15. *Avisos para Palacio*, fl. [8v]: «...nada me perjudica la otra [traducción], poque apenas se halla algun exemplar de aquella ediccion; y demás, por estar alli como desconocida, te la presento sola para que mas facilmente llegue á tu noticia».

16. *Avisos para Palacio*, fl. [7v]. Reconhecendo que «el Idioma Portugués, en que estaba, es facil a la inteligencia de todos», decidiu fazer a tradução porque «mi anhelo era que corriesse por toda España», o que «no podia conseguirlo por la escaséz que se padecia de esta obra, aun en su mismo Idioma...»; e mesmo havendo «mucha abundancia de Libros políticos en nuestro Idioma, que tratan del mismo asunto; pero ninguno (segun me persuado) mas conciso, delicado, y oportuno, que el que te presento» [fl. 7r-v]. Aliás, «rogou» ao leitor que lhe admitisse «el deseo de servir al público, alabandome el buen gusto de dar esta produccion á la Corte, y al Reyno todo». Curiosamente, a licença do Conselho exigiu que a edição fosse «en papel fino, buena estampa» (fl. [7r.]).

17. Neste caso, erudição sobretudo histórica e genealógica que Salazar y Castro não encontrava em Yáñez Fajardo, razão pela qual, depois da «desmontagem» da dedicatória da edição da *Carta de guia*, lhe pediu «por caridad, que no se ande en Prologos, ni Dedicatorias de este jaez, porque sus progressos Historicos son muy cortos, y sus noticias Genealogicas muy inciertas. Los deseos de Vm. son dignos de alabanza; pero sus obras están muy cerca de merecer el desprecio...» (*Juicio*, p. 23).

18. De alguns aspectos dessa polémica me ocuparei em outro trabalho. Para já, importa salientar que foi o próprio Juan Iáñez Fajardo quem deu azo à sua pública identificação como autor da dedicatória da *Carta* ao assumir-se como destinatário do anónimo *Juicio* no texto de resposta, a *Defensa crítica a la dedicatoria del libro carta de Guia de Casados* (1725), na qual confessou mesmo que «debía esperar de su amistad y buena reciproca correspondencia...», tanto mais que, por diversas vezes, trocaram vários livros e «papeles» das respectivas bibliotecas (*Examen apologetico*, 3).

Este aspecto, tanto quanto sei até hoje desvalorizado pela crítica, deve merecer alguma atenção. A primeira questão que inevitavelmente deve ser colocada – o que não significa poder ser respondida imediatamente (podê-lo-á ser futuramente?) – é a de tentar perceber por que razão, sendo o seu autor bem conhecido e respeitado, pelo menos, em círculos cultos e cortesãos castelhanos, não teve a *Carta de Guia de Casados* uma edição autónoma da sua tradução, mas tão só a edição conjunta com a da tradução dos *Avisos para o Paço* de Luís de Abreu e Melo, obra certamente interessante e, como mostrou Zulmira Santos¹⁹, de forte enquadramento político peninsular, mas que em nenhum momento, compreensivelmente, se debruça sobre questões de âmbito conjugal, nem sequer genericamente familiar.

Esta questão é tanto mais importante quanto se sabe – e se reconhecia na época – que a *Carta de Guia de Casados* teve uma significativa circulação manuscrita. Se hoje são conhecidos dois manuscritos – um datado de 1715 e outro de 1724 (sendo este, possivelmente, uma versão manuscrita do impresso do mesmo ano²⁰) – diversas referências incluídas nos textos da citada polémica apontam para a existência (embora a não comprovem) de cinco ou seis manuscritos. De facto, no «Prologo a los lectores» da edição de 1724, o editor da obra diz ter encontrado duas traduções destas obras numa miscelânea comprada «de la Libreria de un ministro de esta Corte», o que é revelador, se não da leitura, pelo menos da posse destes textos em alguns círculos sociais – ou, se a referência não é puramente retórica, de uma intencionalidade de visa valorizar socialmente a obra; diz ainda que, tentando informar-se sobre o possível tradutor junto «de algunos Cavalleros eruditos», acabou por ter conhecimento de «cinco, ò seis traducciones diferentes, particularmente de la Carta de Guia de Casados, y que todos hazian un grandissimo aprecio de ella; de unas supe el Traductor, y de otras no», o que sugere a existência de distintas traduções e não só cópias de uma só²¹. Escolhendo a que «mejor ha parecido», diz tê-la «corregida parrafo por parrafo de la quarta impresion enmendada, que se hizo en Lisboa el año de 1678» e dado «à la estampa para beneficio, y utilidad de los que no entienden la lengua Portuguesa». Elogiando o «Autor de este excelente papel», o «Erudito Cavallero Don Francisco Manuel, cuyas obras, assi en Castellano, como en su Idioma Portuguès, en prosa, y verso, son tan justamente codiciadas, y apetecidas, que ya son raras en todo», não se alarga nos encómios porque seria «ocioso qualquiera elogio que se hiziesse, porque los mayores serian muy limitados para lo que merecen». Esta retórica fuga à «ociosidade» do elogio de D. Francisco Manuel e das suas obras é, obviamente, uma forma de reconhecimento e valorização da pública fama deste autor.

Em relação à obra de Luis de Abreu e Melo, «solo llegaron à mis manos dos traducciones muy defectuosas, por culpa de los Copiantes; pero aviendose escogido la que ha parecido mejor, se ha conferido con el exemplar Portuguès, y sale à luz corregida en la mejor forma possible». Ao contrário do que fez com D. Francisco Manuel de Melo, 'apresentou' Luís de Abreu e Melo, denunciando assim o menor conhecimento junto do público espanhol, pese embora a sua própria afir-

19. Zulmira C. SANTOS, «Racionalidade de corte e sensibilidade barroca».

20. Manuscritos já referidos por Pedro SERRA, «De la recepción de la *Carta de Guia de Casados* en España», 57.

21. Esta informação foi corroborada pelo mesmo autor na *Defensa de la dedicatoria*, na qual afirmou que «este excelente Tratado [a *Carta de Guia de Casados*] ha tenido tantos Traductores, como curiosos le han leído», apesar de D. Luís Salazar y Castro vir dar a entender, no já citado *Examen apologetico de la Defensa* pela voz de Gutierre, que sabia a origem da tradução que serviu de base à edição: «porque tiene algunos antecedentes, que agravan mucho la sospecha, de que la Traducción de la Guia de Casados, que se diò a la estampa, se pidiò con engaño para imprimirla» (*Examen apologetico*, 29). Apesar disso, reconhece o valor da edição, porque sem ela «carecerian los meros Castellanos de un Libro, que aunque es pequeño, tiene grande alma» (*ibid.*).

mação, na «Aprobacion» das obras, de que ambos os autores «son bien conocidos en la Republica de las Letras, por la grande erudicion de sus escritos»²². Orgulhoso do seu «buen gusto» em promover a edição «en Castellano» de «dos papeles de tanta erudiccion, y curiosidad», mostra ainda o desejo de vir a «enriquecer la Republica de las Letras, con otras Filigranas de este genero»²³, alimentando assim a esperança do público aplauso desta edição para alimentar o sucesso da futura edição de outros manuscritos da sua copiosa biblioteca²⁴...

Um segundo aspecto que deve merecer especial atenção é o do modo como se apresenta esta edição conjunta que, sobretudo nas licenças de impressão – datadas de Maio de 1724 e denunciando uma rapidíssima impressão²⁵ – favorece, pelo destaque que tais licenças lhe conferem, a *Carta de Guia de Casados*, o que traduz o grande respeito que tanto a obra como o seu autor tinham em círculos cultos, pelo menos, madrilenos. Mas se a dedicatória enaltece o livro enquanto «preciosa perla, por sus discreciones, y sentencias», imediatamente passa para divagações de âmbito genealógico e histórico que foram as que lhe vieram a valer as duras críticas de D. Luís de Salazar e Castro. Mas chamar-lhe «preciosa perla» e destacar «sus discreciones y sentencias» traduz, a par da valorização geral da obra, o relevo que era dado às suas «discreciones» – os conselhos «discretos»? A forma «discreta» como são apresentados? – e às suas «sentencias», nas quais se deverão incluir (porque nelas os incluiu D. Francisco) os refrões, os provérbios, os ditos e até as pequenas histórias que ilustravam as diversas sentenças...

Complementares e importantes informações relativas ao valor das duas obras, em especial da *Carta de Guia*, devemos procurá-las nas censuras da mesma, a começar pela do mercedário e pregador régio Fr. Juan Interian de Ayala que se refere ao «Autor de este Libro, que siendo en la realidad pequeño en el volumen, se puede con toda verdad assegurar que tiene incomparablemente mucha mas alma, que su cuerpo, es muy conocido en la Republica Literaria, y aun venerado tambien de todos los que con razon, y aun sin ella, se precian de Discretos, y de Politicos», autor que, diz, «tanto como se sabe, ilustrò nuestra España, y el siglo pasado»²⁶. A licença do Ordinário apenas visa autorizar a edição da *Carta de Guia de Casados, y Avisos para Palacio (...)*, compuesto por Don Francisco Manuel Lusitano». Mas este facto é também muito interessante pela imagem que transmite de uma só obra e de um só autor...

Curiosamente, a notícia pública da edição incluído no final da «Gaceta de Madrid, del Martes 18 de Julio de 1724», a encerrar as notícias de livros novos, anuncia «el Libro Nuevo en octavo: *Carta de guia de Casados, y avisos para Palacio*, su Autor Don Francisco Manuel Lusitano, traducido de Portuguès en Castellano, se hallará en la Libreria de Vicente de Senosiayn, á la Red de San Luis». Deste modo, era o nome do autor e da obra *Carta de Guia de Casados* que se apresentava como garantia do interesse da tradução e da edição. Esta notícia não é só importante pelo seu teor, já que atribui toda a obra a D. Francisco Manuel de Melo ou pretende valorizá-la pela apresentação do autor que todos conheceriam, mas também pela ampla divulgação que pode ter dado à obra²⁷ nesta «evangélica gazeta», modo como era correntemente conhecida a *Gaceta de Madrid*,

22. *Carta de Guia de Casados y Avisos para Palacio* (1724), [fl. 25r].

23. *Carta* (1724), fl. 29v-31r.

24. A ela se refere na *Defensa crítica de la defensa*, o que lhe mereceu os ataques irónicos de D. Luís de Salazar na *Satisfaccion de seda.*, esp. 10-11.

25. As aprovações e licenças levam as datas de 13, de 19, de 20 e de 29 de Maio de 1724, a fé de erratas está datada de 30 de Junho de 1724 e a taxa de 8 de Julho de 1724.

26. *Carta* (1724), fl. 12-13r.

27. Como atrás se viu (notas 13-15), em 1761 era muito difícil encontrar um exemplar da edição de 1724.

segundo explica D. Luís de Salazar e Castro no início do texto (anónimo) que desencadeou a já referida polémica com o editor da mesma, o *Juicio que de la Dedicatoria de la traduccion de la Carta de Guia de Casados hizo la curiosidad de un ocioso, mal ballado con las inconsideradas noticias que contiene* – todo ele uma cerrada crítica histórica e genealógica –, numa passagem muito sugestiva e carregada de ironia que merece ser lida na íntegra:

Yo, Señor mio, rabio por saber, y este genio que, cuerdamente empleado, pudiera hacerme hombre sabio, està tan neciamente distraido, que solo me sirve para bachillerias, y vanas curiosidades. Una de ellas es la hebdomadaria leccion, que en las Evangelicas Gacetas, nos ofrecen los noveleros ciegos todos los aciagos Martes. No podrè significar à Vm. el ahinco con que leo aquellos escritos. Cada clausula me parece un parrafo del Evangelio, cada noticia una verdad de cal y canto, y cada discurso una sentència irrevocable, y estoy ya tan en los apices deste gacetal estudio, que sin vanidad puedo decir, que mi cabeza es Gaceta de Gacetas. Leì la del Martes passado, luego que sali de mi rincon, y despues de concludido el importante capitulo de Madrid, vi, que la cerraba, como con llave de oro, la noticia de la publicacion del Libro intitulado: *Carta de guia de casados, y avisos para Palacio*²⁸.

A inclusão da notícia da edição desta obra num 'semanário volante' como a *Gaceta de Madrid* é só por si um facto importante para a percepção da valorização da obra e de D. Francisco Manuel que é apresentado como o autor da mesma, tomada assim como uma só ou como se a referência ao segundo autor/obra não tivesse relevância. Mais importante ainda é o facto de Salazar y Castro ver essa notícia como um fecho «con llave de oro» das notícias da Europa. E não menos significativos são os comentários que se lhe seguem:

Si me necia curiosidad supiera contenerse en los limites de saber las novedades de Europa, no huviera caido, como cayò, en la tentacion de comprar el Libro: porque enamorado del título, y deseo de conocer por sus obras al Autor, de quien he oido siempre grandes y justas alabanzas, no tube fuerzas para resistir à mi yà empeñada voluntad. Comprè, pues, el Libro: leile, como hasta el Laus Deo, que le concluye. Hallè en èl prudentes advertencias, doctos discursos, christianos consejos, sazoados dichos, sabias sentencias, y en fin quanto bueno se pudo escribir sobre tan exteril, como peligrosa materia²⁹.

A valorização das «prudentes advertencias», dos «doctos discursos», dos «christianos consejos», dos «sazoados dichos», das «sabias sentencias» e de todo o «bueno» de «tan exteril como peligrosa materia» são indicadores interessantes do modo como esta obra era lida e literariamente interpretada, provando que não era olhada apenas como um vasto conjunto de reflexões e «avisos» relativos à vida estritamente conjugal e familiar, mas como um 'prudente' e 'douto' texto em que os ditos, as sentenças e os conselhos – falta-lhe aqui a nota relativa à subtil ironia e inegável graça – são elementos essenciais da riqueza e dos significados culturais desta obra que, indo de encontro de diversos gostos retóricos do período dito «barroco», os suplanta genial e graciosamente e, por isso, também temporalmente³⁰.

3. Mas há ainda uma outra questão, acima sugerida, que é necessário colocar. Porquê a edição conjunta das duas obras, da *Carta* e dos *Avisos*? Já se viu que, se a *Carta* fosse editada autono-

28. *Juicio que de la dedicatoria...*, fl. 1.

29. *Juicio que de la dedicatoria...*, fl. 1.

30. M.^a Lurdes Correia FERNANDES, «Introdução» à edição da *Carta de Guia de Casados*, Porto, Campo das Letras, 2003, 12-38.

mamente, teria certamente o mesmo impacto, dado o prestígio do autor e da obra. É certo que o anónimo editor dos textos – logo identificado como sendo Juan Yáñez Fajardo – diz ter encontrado as duas traduções incluídas numa «miscelânea» que comprou «de la Libreria de un ministro de esta Corte». Os leitores «cortesãos» – num amplo sentido que ultrapassa ambientes cortesãos – de um e outro texto eram os mesmos? Ou os textos podiam ser lidos complementarmente? Ou o que os liga é muito mais significativo do que as diferentes matérias em causa? Que ligações se poderiam estabelecer entre o comportamento em ambiente doméstico e o comportamento social pautado pelo da corte? Ou a valorização que ambas fazem do comportamento do «discreto», «entendido» e «prudente» – nomeadamente dos seus ditos agudos – tanto se adaptava ao espaço doméstico como ao da corte e, mais genericamente, ao comportamento social?

Curiosamente, nenhuma das licenças e paratextos da edição questiona a pertinência da edição conjunta e, nas poucas referências à obra nos textos da polémica que se seguiu, nenhuma observação é feita em relação a este aspecto, nem à relação da casa com o «palácio» que o título sugere, o que parece mostrar que todos o aceitaram com naturalidade. Aliás, na reedição conjunta das duas obras em 1786, o editor afirmou serem os dois «tratados» «uno en el cuerpo y dependencia» e que era «Obra tan importante é instructiva, tanto para los casados, como para los individuos de Palacio»³¹. Seguramente que não leram só a *Carta de Guia de Casados* – Salazar y Castro disse tê-la lido integralmente «até ao Laus Deo» e os censores, supõe-se, também o terão feito –, e mesmo que a maioria dos textos cite o título completo da obra só referindo como autor D. Francisco Manuel, todos parecem ter aceitado sem discussão ou sem estranheza o facto de se chamar *Carta de guia de casados y Avisos para palacio*. Poder-se-á inferir deste silêncio que as ligações entre o público e o privado eram muito mais acentuadas do que hoje se diz? Significativo é, sem dúvida, o facto de ambas as obras serem apresentadas pelos seus autores como um conjunto de «avisos», uns para os casados, outros para os que andavam no «tormentoso golfo» da corte, pese embora o diferente peso do conceito dentro do primeiro texto (D. Francisco assumiu pretender dar «avisos» aos casados para viverem em «paz e quietação») e no título do segundo («Avisos para palacio»), a diferente qualidade discursiva das duas obras, a aparente diferença de destinatários... Mas há que reconhecer que a *Carta de Guia de Casados* se debruça, quase sempre, sobre o comportamento dos casados tendo presente a imagem pública – logo, a «fama» – do homem, da mulher e, conseqüentemente, de toda a «casa». As reservas em relação às saídas e visitas das mulheres, ao modo como estas se relacionavam com criados e criadas, às suas atitudes em público, nomeadamente na igreja ou diante de outras pessoas exteriores à casa, às amizades com clérigos e com mulheres beatas, às modas nos vestidos e adornos, por um lado, e os conselhos relativos aos modos como o marido devia comportar-se com a mulher, com os filhos, com os criados, com os amigos e, até, nas idas à corte, por outro, são aspectos que, obviamente, ultrapassam largamente o espaço limitado ou «privado» da casa e se relacionam inequivocamente com um viver quotidiano e social em que o público e o privado, o comportamento individual e a exposição pública, o ser e o parecer se interpenetram de modo bem mais profundo do que os títulos ou os temas podem sugerir num primeiro momento.

Mas há que ter em conta que ambas as obras pressupõem, como comecei por afirmar em relação à *Carta de guia de Casados*, formas de convivência dos «discretos» e dos «prudentes» – no caso dos *Avisos para o Paço*, com manifestas intertextualidades com *El Discreto* de Baltasar Gracián –

31. Veja-se *supra* nota 8.

que, restritas ao âmbito doméstico e familiar ou alargadas ao mundo da corte e da cidade, valorizavam atitudes, gestos e ditos – das sentenças às pequenas histórias, incluindo pelo meio provérbios e refrões – seleccionados em função desse ideal de discrição e de prudência que impunha também um sagaz uso do «engenho» e da «agudeza» que permitia a distinção – ou, pelo menos, a pretensão da distinção – dos «entendidos» em relação aos «néscios»... Todas as referências críticas à edição conjunta das traduções das duas obras realçam, como atrás se disse, a pertinência e valor das suas sentenças, dos seus conselhos e dos seus ditos. A graça de muitos destes – mais abundantes na *Carta*, mas também muito significativos nos *Avisos* – podia ser uma das razões do gosto pela leitura destas obras de que, ainda em finais do século XVIII, se elogiava o interesse e a utilidade para os leitores coevos.

Todas estas questões precisariam, obviamente, de mais dados e de mais informações da época – nomeadamente, em relação às tiragens da obra e aos seus leitores – para serem compreendidas em todas as suas facetas. Mas fornecem indicações que, se cruzadas no futuro com outros dados relativos aos círculos sociais e culturais e aos modos de leitura deste tipo de obras, talvez permitam perceber melhor alguns aspectos da relação de muitas obras literárias com o viver social, o que, neste caso – tendo em conta os vectores da polémica que envolveu a edição de 1724 e que opôs distintas formas de conceber a erudição histórica – passa também pelas contingências concretas das edições e das valorações que os seus objectivos ou as suas razões determinaram.

